

Dificuldades de comunicação científica em um contexto de censura: o caso Galileu

*Scientific
Communication Obstacles
in a Censorship Context:
Galileo's Affaire*

Wellington Gil Rodrigues¹
Amílcar Baiardi²

1.
† Ex-doutorando do Programa de Pós-Graduação em Ensino, Filosofia e História da Ciência, UFBA/UEFS e ex-professor de Ciência e Religião na Faculdade Adventista da Bahia, falecido em agosto de 2015, com pouco mais de 40 anos, quando finalizava sua tese sob a orientação do professor Amílcar Baiardi.

2.
Professor permanente do Programa de Pós-graduação em Ensino, Filosofia e História da Ciência, - UFBA/UEFS e professor da pós-graduação da UCSAL. Contato: amilcar-baiardi@uol.com.br.

Resumo

O objetivo deste trabalho é destacar como atuavam os mecanismos de censura da Igreja Católica e as estratégias operadas por Galileu para comunicar os conhecimentos científicos em um contexto de censura. As questões principais que se busca responder são: quais os mecanismos utilizados pela Igreja Católica para impedir a livre circulação das ideias de Galileu e quais as estratégias empregadas pelo filósofo para comunicar suas descobertas diante dos obstáculos postos pelos dogmas religiosos. A metodologia utilizada consistiu em leitura, questionamentos e interlocução crítica, envolvendo material documental e bibliográfico. O trabalho é dividido em três partes. A primeira aborda os mecanismos de censura utilizados pela Igreja no contexto histórico. A segunda parte destaca as aplicações dos mesmos no caso Galileu. Na terceira parte se focalizam os resultados provenientes da aplicação da censura baseada no decreto inquisitorial após a publicação do livro intitulado *Diálogo* e durante o julgamento de Galileu, em 1634. A engenhosidade de Galileu para contornar a censura é destacada, principalmente a partir de 1616.

Palavras-chave

Censura, Galileu Galilei, comunicação e divulgação científica, Inquisição.

Abstract

the objective of this paper is to highlight how worked the censorship mechanisms practiced by Catholic Church and the strategies operated by Galileo to communicate scientific knowledge in the context of censorship. The main issues for which we seek answers are: which are the mechanisms of the Catholic Church to prevent the free circulation of Galileo ideas and which are the strategies used by the philosopher to communicate his findings face the obstacles posed by religious dogmas. The methodology consisted of reading, questioning and critical dialogue, involving documentary and bibliographic material. The paper is divided into three parts. The first part discusses the mechanisms of censorship used by the Church in the historical context. The second part highlights its application in the Galileo's affair. The third section focuses on the results from the application of censorship based on inquisitorial decree, after the publication of the book entitled Dialogue and during the Galileo's trial, in 1634. Galileo's creativity to circumvent censorship is highlighted, mainly from 1616.

Keywords

Censorship, Galileo Galilei, scientific communication and divulgation, Inquisition.

Introdução

Em 2014, foram comemorados os 450 anos do nascimento de Galileu. Quando ele nasceu, em 15 de fevereiro de 1564, havia transcorrido somente um ano da data de finalização do Concílio de Trento (1545-1563). Na ocasião, a Igreja Católica concebia e aplicava uma política doutrinária de fechamento e combate à circulação de novas ideias, com o objetivo de manter a ortodoxia dos católicos e conter a corrente protestante que ameaçava arrebatá-la a Europa. Nesse sentido, uma das principais ações do Concílio foi a criação, em 1559, do *Index Librorum Prohibitorum*,

que tinha como principal objetivo impedir que as comunidades católicas tivessem acesso à literatura considerada inadequada pela Igreja. O cenário estava sendo preparado para aquilo que alguns historiadores da ciência descreveram como “uma das maiores desgraças que já ocorreram com a Igreja”, ou seja, o escândalo da condenação de Galileu por parte das autoridades católicas em decorrência de sua defesa do sistema copernicano (Draper, 1875, p.36). Não obstante ter ocorrido há cerca de 400 anos, o caso Galileu continua gerando interesse porque a censura a ideias científicas, *mutatis mutandis*, continua existindo, obviamente sem as consequências do passado. Segundo Mariconda (2000), o *affaire* Galileu é emblemático para entender as razões da precedência de juízos não científicos sobre a produção e difusão do conhecimento:...

O alcance intelectual das posições de Galileu pode ser medido pelo impacto, mesmo que ele seja potencial, que elas têm na organização institucional do conhecimento nas universidades italianas da época e pelo enfoque de um problema crucial da cultura contrarreformista, a saber, o da centralidade e precedência do juízo teológico sobre a organização do sistema de transmissão do conhecimento e conseqüente direito de controle – via censura juridicamente institucionalizada – dos produtos do conhecimento. A censura e a decorrente aplicação do recurso jurídico constituem o cerne da cultura contrarreformista baseada na intolerância religiosa, como aquela contra os reformados, mas também civil e sobre todos os produtos culturais inovadores (Mariconda, 2000, p.80).

Ou seja, hoje continua tão importante como fora no início da ciência moderna a questão da autonomia do juízo científico frente a outros tipos de juízo. Nesse sentido, o objetivo deste trabalho é destacar os mecanismos de censura da Igreja Católica e as estratégias operadas por Galileu para comunicar os conhecimentos científicos no contexto desse tipo de controle. As questões principais que se busca responder são: quais os mecanismos utilizados pela Igreja para

impedir a livre circulação de ideias, no caso Galileu? Quais as estratégias utilizadas por Galileu para comunicar suas teses e descobertas diante dos obstáculos postos pela igreja?

O foco será delimitado por aquilo que Mariconda (2000) denomina como “período polêmico”, o qual tem início em 1610, com a publicação do *Sidereus Nuncius*, e se encerra em 1632, com a publicação do *Dialogo sopra i Due Massimi Sistemi del Mondo, Tolemaico e Copernicano*. Nesses 22 anos, Galileu se concentra na temática copernicana do movimento da Terra e da centralidade do Sol.

A metodologia utilizada consistiu em leitura, questionamentos e interlocução crítica, envolvendo material documental e bibliográfico, contemplando obras relacionadas com a Igreja Católica da época e sobre Galileu, inclusive manuscritos do filósofo disponíveis na Biblioteca Nazionale di Firenze. O trabalho contém três partes. Na primeira, trata-se da descrição histórica dos mecanismos de censura utilizados pela Igreja Católica; na segunda parte, destaca-se o período que vai desde as primeiras descobertas astronômicas de Galileu até o decreto de condenação do copernicanismo, em 1616; e, na terceira parte, enfoca-se o período que tem início com o referido decreto e no qual ocorre a publicação do *Diálogo* e o julgamento e condenação de Galileu (1634), quando lhe foi imposto o cárcere e, depois, o silêncio e a prisão domiciliar.

Mecanismos de censura praticados pela Igreja Católica nos séculos XVI e XVII

Segundo o senso comum, a censura é o ato de vedar ou proibir, no todo ou em parte, a liberdade de expressão, manifestada por meio de livros, revistas, televisão, rádio, espetáculos etc. Em geral, é exercida a partir de critérios morais, religiosos, econômicos ou políticos, por parte de um ente – do Estado ou da sociedade civil – que detenha formas de poder. Destarte, a censura consiste na ação de controlar e/ou impedir a circulação da informação, a partir da criminalização da comunicação ou até da tentativa de impedi-la por meio da violência. O objetivo

da censura é contribuir para manter o *status quo*, uma determinada situação política ou religiosa, tentando evitar mudanças. A história das civilizações sugere que a censura ocorre para atender interesses de grupos que estão no poder (partidos, igrejas etc.).

Uma das formas pelas quais se exerce a censura é a limitação do acesso das pessoas a determinados meios de comunicação. Isso pode ser feito por meio do controle de concessões, ou da utilização de critérios discricionários na editoração das notícias que iriam chegar ao público.

Uma das principais justificativas para o uso da censura é a proteção do público. Ou seja, com base em algum critério, o órgão regulador decide o que se pode e o que não se pode ver, ouvir, ler etc. Assim, uma das pressuposições da censura é que o público ao qual ela se aplica não tem condições de decidir por si mesmo e necessita de um poder que o tutele e que lhe indique o que deve e o que não deve conhecer, ler, ver ou ouvir (Patterson, 1984).

A história da censura por parte da Igreja Católica é bem anterior à criação do *Index*. Nas próprias origens do cristianismo já podem ser encontradas as raízes das tentativas de apagar o pensamento contraditório. Desde o início da cristandade existiram situações de controle do que se pode ou não se pode saber. Por exemplo, o livro bíblico de Atos (Capítulo 19:19) relata que: “Muitos também dos que tinham praticado artes mágicas ajuntaram os seus livros e os queimaram na presença de todos; e, calculando o valor deles, acharam que montava a cinquenta mil moedas de prata”. Nessa representação, os primeiros cristãos se livraram dos livros de magia de maneira voluntária. Entretanto, durante a história da Igreja, a queima de livros considerados prejudiciais à fé vai se tornar uma prática recorrente.

Antes da invenção da imprensa, a Igreja não se preocupava muito em sistematizar o controle sobre os livros, que eram manuscritos, copiados a mão pelos monges, sendo reduzidos em número e valorizados em decorrência do tempo de redação e compilação. De outro lado, considerando que a maioria da população era analfabeta e que a língua padrão dos

copistas era o latim, não fazia sentido uma censura rigorosa. Dito de outro modo, o acesso à palavra escrita era privilégio de poucos. Contudo, por volta de 1439, Johannes Gutenberg, que viveu de 1398 a 1468, cria a impressão por tipos móveis, uma das maiores invenções de todos os tempos, que iria influenciar momentos culturais como o Renascimento, a Reforma e a Revolução Científica.

Em 1517, Martinho Lutero desencadeia a Reforma Protestante. Seu principal trunfo foi a tradução da Bíblia para a língua falada e escrita pela população, o vernáculo alemão, dando início a uma série de traduções da Bíblia por toda a Europa. Na sequência, os teólogos protestantes passaram a utilizar a imprensa para publicar obras criticando o sistema religioso católico, levando a Igreja de Roma a exercer o controle sobre o que se publicava, com a intenção de conter a desfiliação religiosa católica. É nesse contexto que foi convocado o Concílio de Trento, que durou de 1545 a 1563. Seu principal objetivo era enfrentar no campo religioso a Reforma Protestante. Como instrumento de censura foi criado, em 1559, no âmbito do Concílio, o *Index Librorum Prohibitorum*, que elencava as obras que a juízo dos censores não se adequavam à teologia da Igreja. A primeira versão do Index foi publicada sob o pontificado de Paulo IV. Após essa versão, sobrevém uma série de mais de quarenta edições, que foram atualizadas até o ano de 1948. Somente em 1966 o *Index* foi definitivamente abolido pelo Papa Paulo VI.

Em 1571, sob o pontificado de Pio V, a tarefa de compilar a lista dos livros proibidos foi confiada a um corpo de especialistas sob o nome de “Congregação do Index”:

Their principal tasks were the investigation of writings suspected of heresy, the regular updating of the Index, and to publish lists of corrections for books that were placed on the Index but which were not inherently damning if read; these books required a clause stating that the book was in need of correction. These corrections were published by the Congregation on a list known as the Index Expurgatorius. Books whose

“errors” were listed on the Index Expurgatorius could be read by Catholics, but only if the passages determined by the Congregation to be erroneous were first changed or deleted (Ross, 2006, p.71).

O *Index* contemplava obras publicadas, mas havia dois outros órgãos encarregados de lidar com as censuras praticadas pela Igreja. Um deles era o Mestre do Sacro Palácio, que exercia uma censura prévia à publicação, e o outro era o próprio tribunal da Inquisição [Santo Ofício]. A função do Mestre do Sacro Palácio é descrita pelo cardinal Giovanni Battista de Luca em seu *Relatio romanae curiae*, publicado em 1673:

[...] seems to consist in the revision of works or books to be printed in Rome and its district, since printing is prohibited without prior license of the cardinal vicar or of his vicegerent, which is usually conceded under the condition of the revision and approval of this Master, who sometimes does the revision himself or through his socius or sometimes and very often in law books or of other faculties of which he or his socius are not ‘professors,’ commits to some other approved ‘professor’ on whose report gives the license (De Luca, 1669, p.53, apud Brevaglieri, 2009, p.143).

O Santo Ofício, por sua vez, podia também prescrever que uma obra a ser publicada deveria ser submetida ao representante da Inquisição local, o qual analisava a mesma e dava o *nihil obstat* (nada impede). Posteriormente a obra recebia o *imprimatur* (imprima-se), geralmente expedido por um bispo. Ou seja, tanto o Mestre do Sacro Palácio como o Santo Ofício tinham poderes de censura prévia.

As penalidades impostas pelos tribunais eclesiásticos iam da retratação até a prisão daqueles que divulgassem obras proibidas. Procedia-se à destruição dos livros e, em certos casos, poderia haver condenação à morte de autores e leitores. Algumas obras eram consideradas pelas autoridades eclesiásticas como portadoras de uma especial condição de gravidade. Essas mereciam o castigo ou condenação

a serem queimadas em praça pública, o que constituía um poderoso sinal de advertência a quem ou sasse lê-las ou mesmo possuí-las. Nessa linha, o Papa Leão X ordena a queima das obras de Lutero e esse reage em 1520 com a queima da bula papal *Exsurge Domine*, documento que recebera e que exigia que se retratasse de suas heresias.

Para Putman (1906), consideradas dentro do seu próprio contexto histórico, as ações da Igreja Católica para tentar conter uma longa série de publicações que se difundiam em seu território teriam sua própria lógica, relacionada aos seus dogmas e à sua estabilidade:

It was the only course that was possible for an organization to which, as its rulers undoubtedly believed, the Almighty had confided the care of the spiritual welfare of humankind. The safety of the soul depended upon the nature of the intellectual sustenance taken in, whether through the ears or through the eyes. All literature or instruction in any form, spoken, written, or printed, must, therefore, before reaching the understanding, be sifted under the authority of an all-wise and infallible Church. The believer must be protected against harm, the doubter must be recalled to the true path, and the heresies and the heretics must alike be exterminated (Putman, 1906, p.12).

O decreto da Sagrada Congregação do *Index*, de 5 de março de 1616, que condenou e suspendeu as obras que tratavam do copernicanismo, é um poderoso exemplo da abrangência da censura religiosa na época de Galileu, visto que esse édito pretendia reivindicar o controle sobre o licenciamento, correção, proibição, impressão, edição, leitura de livros em qualquer língua (já impressos ou que seriam impressos) ou até mesmo a posse de tudo que tratasse do tema do heliocentrismo:

Decree of the Holy Congregation of the Most Illustrious Lord Cardinals especially charged by His Holiness Pope Paul V and by the Holy Apostolic See with the

Index of books and their licensing, prohibition, correction, and printing in all of Christendom. To be published everywhere. In regard to several books containing various heresies and errors, to prevent the emergence of more serious harm throughout Christendom, the Holy Congregation of the Most Illustrious Lord Cardinals in charge of the Index has decided that they should be altogether condemned and prohibited, as indeed with the present decree it condemns and prohibits them, wherever and in whatever language they are printed or about to be printed. It orders that henceforth no one, of whatever station or condition, should dare print them, or have them printed, or read them, or have them in one's possession in any way, under penalty specified in the Holy Council of Trent and in the Index of prohibited books; and under the same penalty, whoever is now or will be in the future in possession of them is required to surrender them to ordinaries or to inquisitors, immediately after learning of the present decree (Finocchiaro, 1989, p.148).

Todo esse contexto de acusações de heresia, condenações à morte em fogueiras, mecanismos de censura, perseguições etc. formava um cenário nada propício para alguém ousar desafiar a autoridade eclesiástica. Galileu bem sabia dos riscos por não desconhecer os relativamente recentes processos e a condenação de Giordano Bruno, executado em fogueira no Campo de Fiori, em Roma, em 17 de fevereiro de 1600. É possível que o destino de Bruno lançasse dúvidas sobre Galileu, fazendo-o avaliar os riscos de insistir em demonstrar que o pensamento aristotélico, no que se refere à cosmologia, fora mal interpretado pela Escolástica e consequentemente oficializado equivocadamente pela Igreja Católica.

A censura às ideias de Copérnico; o Decreto de 1616

Em março de 1610, Galileu publica em Veneza a obra *Sidereus Nuncius (O mensageiro das estrelas)*, um folheto de apenas 24 páginas escrito em latim. Esse opúsculo constituiu o primeiro tratado científico no campo da astronomia utilizando as observações de uma luneta. Nele, Galileu descreve o relevo irregular

3.

A família Médici governava o Grão-ducado da Toscana na época de Galileu. Cosimo II de Medici (1590 a 1621) foi o patrono de Galileu, o qual tinha sido seu tutor entre 1605 e 1608. Foi a ele que Galileu dedicou a obra *Sidereus Nuncius*, na qual anunciou a descoberta das luas de Júpiter, que ele denominou de estrelas Medicis. Foi à mãe do Grão-duque Cosimo II, Cristina de Lorena, que Galileu escreveu em 1615 a famosa carta sobre a compatibilidade do sistema copernicano com o texto bíblico.

da lua, apontando a grande semelhança entre as montanhas da Terra e da Lua (sugerindo não existir uma diferença nas matérias do mundo sublunar e supralunar, como a filosofia aristotélica afirmava). Descreveu também a incrível abundância de estrelas que não podem ser vistas a olho nu (ou seja, não foram criadas simplesmente para a contemplação humana). Finalizando, anuncia a existência de quatro novos planetas (na verdade, as luas de Júpiter), o que para Galileu enfraquecia a tese mantida pela Igreja, pois que, no universo ptolomaico-aristotélico, tudo girava em torno da Terra. A obra de Galileu trazia uma prova observacional de que esses planetas giravam em torno de Júpiter.

O que se pode perceber no *Sidereus Nuncius* a respeito das estratégias utilizadas por Galileu para comunicar suas descobertas? É possível identificar o caráter polêmico e provocativo do texto, que ia além do que propunha defender empiricamente. Para Mariconda (2000, p.81), esse é um: “pequeno texto de caráter em grande medida panfletário, pois que, nele, os protocolos de observação são apresentados com um fim claro de divulgação e de propaganda”. Ou seja, Galileu tinha pleno conhecimento das controvérsias que seu texto iria gerar, pois nele, pela primeira vez, assume publicamente uma posição contra o sistema ptolomaico-aristotélico.

Fica evidente no texto que Galileu toma para si a prioridade nas observações e como tal tem o direito de denominar os quatro novos planetas. Trata-se de um lance de alguém experiente nos jogos de poder, visando minar o aristotelismo e se proteger da oposição. Batizando os planetas segundo os nomes dos nobres da Casa Médici,³ ele ligava suas descobertas aos caprichos dos governantes da Toscana e esperava conquistar, assim, não somente futuros patrocinadores, mas também defensores de suas teorias. Com esse movimento, ele também aproveita para solicitar ao Grão-duque Cosimo II que ele seja nomeado filósofo e principal matemático da corte, o que lhe conferiria mais prestígio e segurança relativamente ao que gozava

na república veneziana. Naquele mesmo ano de 1610, Galileu volta a Florença.

Uma das principais estratégias de Galileu para lidar com a censura foi tentar conseguir aliados poderosos, o que vai se repetir ao longo de sua carreira e que, por algum tempo, dará resultados positivos, mas que, no final, não foi suficiente para lhe garantir escapar dos processos inquisitoriais.

Pouco mais tarde, Galileu volta a polemizar. Dessa vez, refutando as ideias do jesuíta alemão Christoph Scheiner, que viveu de 1573 a 1650, sobre a questão das manchas solares. Scheiner argumentava que as manchas eram pequenos satélites orbitando o Sol a pequenas distâncias. Desqualificando essa tese, Galileu publica, em março de 1613, *Istoria e dimostrazioni intorno alle macchie solari e loro accidenti*, obra na qual argumenta que as manchas solares eram fenômenos ocorrendo no próprio sol, o que implicava que o astro girava sobre o próprio eixo. Mesmo carecendo de exatidão, a explicação de Galileu ia contra a distinção aristotélica entre física terrestre e física celeste. Acredita-se que a obra é o princípio da rivalidade dos jesuítas com Galileu. No parágrafo final do livro, Galileu defende que o copernicanismo era a única teoria que dava sentido às novas descobertas:

But whether these things take place precisely in this fashion or in another, I say to Your Lordship [Welser] that this star [Saturn], too, and perhaps no less than the emergence of horned Venus, agrees in a wondrous manner with the harmony of the great Copernican system, to whose universal revelation we see such favorable breezes and bright escorts directing us, that we now have little to fear from darkness and crosswinds (Galilei; Scheiner [1613] 2010, p.296).

A partir desse ponto, Galileu seria alvo constante de críticas e ataques pessoais, tanto por parte de acadêmicos aristotélicos (professores de filosofia e até mesmo de matemática) como de religiosos:

Para os tradicionalistas e conservadores, era inaceitável a consequência que Galileu pretendia extrair do conjunto de observações telescópicas que vinha fazendo e que alardeava, de própria voz ou pela de seus discípulos e admiradores, afirmando a superioridade do sistema copernicano e a realidade do movimento da Terra (Mariconda, 2000, p.82).

Em um contexto em que Bíblia (ou a interpretação que a Igreja mantinha dela) e Aristóteles eram as autoridades máximas e que ambas as visões discordavam do sistema copernicano, a posição de Galileu começava a parecer a de um herético pernicioso, que tentava criar dúvidas entre os fiéis, uma vez que a Terra não podia se mover como afirmavam muitas passagens bíblicas.

Não se sabe com rigor até que ponto Galileu estava consciente da estratégia de seus inimigos em tentar atraí-lo para discutir posicionamentos teológicos em um campo impregnado de subjetividades e dogmas. Entretanto, é provável que Galileu acreditasse ser necessário responder às objeções teológicas contra o sistema copernicano. A partir desse momento, ele vai adotar uma estratégia de atividade semijornalística: *“shaking his opponents’ system at the weakest points, converting men of influence, creating a favorable climate of opinion.”* (Santilana, 1955, p.35-36). Nesse contexto, ele escreve as cartas sobre a relação do sistema copernicano com as escrituras, primeiro a seu antigo aluno e então professor de matemática em Pisa, Benedetto Castelli, em 1613, e depois à Grã-duquesa Cristina de Lorena, em 1615 (Galilei, 1937).

Nas cartas, Galileu argumenta que o conflito entre a teoria copernicana, que afirma que o sol está no centro do universo e que a terra gira em torno de si mesma e em torno do sol, e a posição bíblica, da imobilidade da terra e da mobilidade do Sol, só pode ser aparente, pois, afinal, Bíblia e Natureza são criações de Deus e não podem realmente se contradizer. Dessa forma, o erro só pode estar na interpretação, seja da Bíblia (quando os intérpretes não entendem o que ela está afirmando), seja da Natureza (quando

4.
“No dia em que o Senhor entregou os amorreus aos israelitas, Josué exclamou ao Senhor, na presença de Israel: ‘Sol, pare sobre Gibeom! E você, ó lua, sobre o vale de Aijalom!’ O sol parou, e a lua se deteve, até a nação vingar-se dos seus inimigos, como está escrito no Livro de Jasar. O sol parou no meio do céu e por quase um dia inteiro não se pôs.”

os estudiosos tomam por verdade aquilo que não foi demonstrado).

Tentando reconciliar o sistema copernicano com as escrituras, Galileu recorre à teoria teológica da acomodação, segundo a qual a Bíblia foi escrita de modo a se adequar à linguagem e ao contexto de seu público, ou seja, não se destina a ser um texto científico. Seu objetivo é a salvação das almas, sua área de abrangência é a moral e não a verdade sobre o mundo natural. Portanto, uma interpretação literal das escrituras não pode servir como regra para se aceitar ou rejeitar uma teoria científica, dado que o texto bíblico pode ser interpretado simbolicamente e a ciência, por sua vez, não admite interpretações simbólicas. De forma sagaz, Galileu toma a própria passagem do livro bíblico de Josué (Capítulo 10:12-13),⁴ geralmente apresentada como crítica ao heliocentrismo, e dá a ela uma interpretação copernicana, indicando que uma leitura literal do texto bíblico favorecia não o sistema geocêntrico, mas sim o heliocêntrico, ou seja, a referida passagem poderia ser interpretada de ao menos duas formas diferentes. Galileu defendia que o sentido de determinada passagem bíblica sobre o mundo natural só poderia ser estabelecido depois que a ciência determinasse por demonstrações e experiências qual a verdade sobre o mundo natural. Em outras palavras, nas questões relativas à ciência, o trabalho do teólogo tinha de ser submetido ao do filósofo natural.

Em 7 de fevereiro de 1615, o frade dominicano Niccolò Lorini denuncia Galileu por escrito à Inquisição em Roma e anexa a carta de Galileu a Castelli:

I have come across a letter that is passing through everybody's hands here, originating among those known as "Galileists," who, following the views of Copernicus, affirm that the earth moves and the heavens stand still. In the judgment of all our Fathers at this very religious convent of St. Mark, it contains many propositions which to us seem either suspect or rash: for example, that certain ways of speaking in the Holy Scripture are inappropriate; that in disputes about natural effects the same Scripture holds

the last place; that its expositors are often wrong in their interpretations; that the same Scripture must not meddle with anything else but articles concerning faith; and that, in questions about natural phenomena, philosophical or astronomical argument has more force than the sacred and the divine one (Finocchiaro, 1989, p.134).

Pouco tempo depois, provavelmente em 20 de março de 1615, outro dominicano de Florença, Tommaso Caccini, vai pessoalmente a Roma denunciar Galileu à Inquisição. Como resultado, é instaurado um processo em que são interrogadas testemunhas e uma comissão é convocada a dar o parecer sobre o copernicanismo. O relatório do Santo Ofício sobre copernicanismo, baseado no parecer dos consultores e datado de 24 de fevereiro de 1616, onze meses depois, afirma que os mesmos decidiram submeter à censura duas proposições relativas à questão copernicana:

(1) The sun is the center of the world and completely devoid of local motion.

Assessment: All said that this proposition is foolish and absurd in philosophy, and formally heretical since it explicitly contradicts in many places the sense of Holy Scripture, according to the literal meaning of the words and according to the common interpretation and understanding of the Holy Fathers and the doctors of theology.

(2) The earth is not the center of the world, nor motionless, but it moves as a whole and also with diurnal motion.

Assessment: All said that this proposition receives the same judgment in philosophy and that in regard to theological truth it is at least erroneous in faith. (Finocchiaro, *op. cit.*, p.146).

Nas minutas dos procedimentos, datadas de 25 de fevereiro de 1616, no dia seguinte, portanto, encontra-se o seguinte texto:

5.

É interessante saber que o próprio Bellarmino teve uma de suas obras colocada no *Index*, classificada como “suspensa até correção” pelo Papa Sisto V, não satisfeito pelo não suficiente empenho de Bellarmino em defender o absolutismo papal na obra *Controversies*.

The Most Illustrious Lord Cardinal Millini notified the Reverend Fathers Lord Assessor and Lord Commissary of the Holy Office that, after the reporting of the judgment by the Father Theologians against the propositions of the mathematician Galileo (to the effect that the sun stands still at the center of the world and the earth moves even with the diurnal motion), His Holiness ordered the Most Illustrious Lord Cardinal Bellarmine to call Galileo before himself and warn him to abandon these opinions; and if he should refuse to obey, the Father Commissary, in the presence of a notary and witnesses, is to issue him an injunction to abstain completely from teaching or defending this doctrine and opinion or from discussing it; and further, if he should not acquiesce, he is to be imprisoned. (Ibid., p.146)

Ou seja, a Galileu foi dado o privilégio de ser advertido por autoridade eclesiástica de maneira privada e de ser previamente avisado de que o copernicanismo seria colocado sob censura. Mas quem era essa autoridade a quem foi confiada tarefa tão delicada, ou seja, de fazer calar um dos maiores intelectuais da época? Em 1615, o cardeal Roberto Francesco Bellarmino⁵ era considerado o maior teólogo católico e estava com 74 anos. Era considerado um velho soldado jesuíta, experimentado nas batalhas contra luteranos, calvinistas, anglicanos e no uso de toda espécie de técnicas de combate e defesa da autoridade papal. Era diretor do Colégio Romano, principal instituição de formação dos jesuítas, onde tinha sido professor de controvérsias e cuja função tinha sido municiar os jesuítas no combate às heresias que brotavam no império eclesiástico da Igreja Católica naqueles anos da Contrarreforma. Era membro da Congregação do *Index* e também da Inquisição. Era toscano, assim como o eram Galileu e o Papa Urbano VIII.

Sobre o encontro entre Bellarmino e Galileu, e o que realmente aconteceu naquela ocasião, não há convergências historiográficas absolutas, pois existe uma aparente contradição entre dois documentos que relatam o evento. As minutas da Inquisição

(*Inquisition Minutes*) de 26 de fevereiro de 1616 dizem que se Galileu retivesse, ensinasse ou defendesse a hipótese copernicana, oralmente ou mediante escrita, seria processado pelo Santo Ofício:

At the palace of the usual residence of the said Most Illustrious Lord Cardinal Bellarmine [...] Lord Cardinal warned Galileo that the above mentioned opinion was erroneous and that he should abandon it; and thereafter, indeed immediately, before me and witnesses, the Most Illustrious Lord Cardinal himself being also present still, the aforesaid Father Commissary, in the name of His Holiness the Pope and the whole Congregation of the Holy Office, ordered and enjoined the said Galileo, who was himself still present, to abandon completely the above-mentioned opinion that the sun stands still at the center of the world and the earth moves, and henceforth not to hold, teach, or defend it in any way whatever, either orally or in writing; otherwise the Holy Office would start proceedings against him. The same Galileo acquiesced in this injunction and promised to obey (Finocchiaro, 1989, p.147).

De outro lado, a sentença de 22 de junho de 1633, dezessete anos depois, informa que do encontro ocorrido em 25 de fevereiro de 1616 teria resultado o compromisso de abandonar as teses copernicanas, não as defendendo, não as ensinando e não as tratando (retendo-as entre suas crenças), sob pena de encarceramento por desobediência aos preceitos:

[...] o Eminentíssimo S. Cardeal Bellarmino te ordenasse que devesses inteiramente deixar a dita opinião falsa, e recusando-te a fazê-lo, que do Comissário do Santo Ofício te devesse ser preceituado de abandonar a dita doutrina, e que não pudesses ensiná-la a outros nem defendê-la nem tratá-la, ao qual preceito não aquietando-te, deverias ser encarcerado; e na execução do mesmo decreto, o dia seguinte, em palácio e na presença do referido Eminentíssimo S. Cardeal Bellarmino, depois de ser do mesmo S. Cardeal benignamente avisado e advertido, tu fostes

pelo Comissário do Santo Ofício daquele tempo preceituado, com tabelião e testemunha, que de todos os modos deveria deixar a dita falsa opinião, e que no futuro tu não a pudesses adotar nem defender nem ensinar em qualquer que fosse o modo, nem em voz nem em escrito: e tendo tu prometido obedecer, fostes liberado (Baiardi; Santos; Rodrigues, 2012, p.204).

A diferença estaria no rigor da ação, já que a sentença se refere a encarceramento no caso de não cumprimento do preceito e as minutas da Inquisição referem-se à abertura de um processo. O maior rigor da sentença seria justificado porque poucos dias depois da preceituação de 25 de fevereiro de 1616, em 5 de março de 1616, a Sagrada Congregação do *Index* emitiu outro decreto censurando os livros que defendiam o copernicanismo, decreto este que Galileu não poderia desconhecer:

This Holy Congregation has also learned about the spreading and acceptance by many of the false Pythagorean doctrine, altogether contrary to the Holy Scripture, that the earth moves and the sun is motionless, which is also taught by Nicolaus Copernicus's On the Revolutions of the Heavenly Spheres and by Diego de Zuñiga's On Job. [...] Therefore, in order that this opinion may not creep any further to the prejudice of Catholic truth, the Congregation has decided that the books by Nicolaus Copernicus (On the Revolutions of Spheres) and Diego de Zuñiga (On Job) be suspended until corrected; but that the book of the Carmelite Father Paolo Antonio Foscarini be completely prohibited and condemned; and that all other books which teach the same be likewise prohibited, according to whether with the present decree it prohibits, condemns, and suspends them respectively (Finocchiaro, *op. cit.*, p.149).

Sobre a obra de Copérnico propriamente dita não é pronunciada uma condenação definitiva, mas uma suspensão até posterior correção. Essa correção deveria contemplar uma reescrita em formato hipotético das passagens na quais o autor escreve de

6. Lazzaro Scoriggio foi encarcerado, pagou uma multa de cem ducados e foi liberado. Sua defesa argumentou que recebera o *Imprimatur* para um único manuscrito que foi publicado em dois volumes, sendo que apenas um deles foi objeto de veto pela Igreja Católica.

7. Paolo Antonio Foscarini (1565-1616) foi um frade carmelita que publicou a obra *Lettera sopra l'opinione de' Pittagorici e del Copernico* (1615), na qual entende o sistema copernicano como realidade física e defende sua compatibilidade com as Sagradas Escrituras. Tal obra foi banida pela Sagrada Congregação do *Index* em 5 de março de 1616.

forma muito assertiva. A obra do agostiniano Diego de Zuñiga, professor da Universidade de Alcalá, também recebe uma suspensão até posterior correção. A do frade carmelita Paolo Foscarini, professor de teologia em Napoli, diferentemente das duas anteriores, foi terminantemente proibida, não só porque ele defende a mobilidade da Terra, mas também porque buscou conciliar essa doutrina com as Sagradas Escrituras. O frade Foscarini livra-se da Inquisição por haver falecido em junho de 1616. No entanto, a mesma sorte não teve seu impressor, Lazzaro Scoriggio, acusado de imprimir a obra sem o *Imprimatur*.⁶ O interessante é que já fazia mais de 70 anos da publicação da obra de Copérnico e até então a Igreja Católica não se manifestara na forma de condenação ou proibição da mesma.

É necessário investigar duas questões: que papel desempenhou Galileu para uma mudança de posicionamento da Igreja em relação ao copernicanismo e que estratégia de comunicação científica ele tentou desenvolver por meio das cartas sobre a compatibilidade do sistema copernicano com o texto bíblico.

Quanto à primeira questão, é interessante saber qual tinha sido o posicionamento da Igreja em relação ao copernicanismo até aquele momento. A resposta mais provável pode ser encontrada na carta que o cardeal Roberto Bellarmino enviou em 12 abril 1615 ao padre Foscarini⁷, religioso que sugeria serem as teses de Copérnico compatíveis com as Sagradas Escrituras:

First, I say that it seems to me that Your Paternity and Mr. Galileo are proceeding prudently by limiting yourselves to speaking suppositionally and not absolutely, as I have always believed that Copernicus spoke. For there is no danger in saying that, by assuming the earth moves and the sun stands still, one saves all the appearances better than by postulating eccentrics and epicycles; and that is sufficient for the mathematician. However, it is different to want to affirm that in reality the sun is at the center of the world and only turns on itself without moving from east to west,

and the earth is in the third heaven and revolves with great speed around the sun; this is a very dangerous thing, likely not only to irritate all scholastic philosophers and theologians, but also to harm the Holy Faith by rendering Holy Scripture false (Ibid. p.67).

Aparentemente, Bellarmino só teria lido a introdução do livro de Copérnico, escrita por Osiander (1498-1552), a qual afirma que a teoria ali apresentada consistia apenas em especulação matemática, sem nenhuma pretensão de descrever uma realidade física, ou seja, a introdução é de espírito bem diverso do conteúdo da obra.

A não condenação do livro de Copérnico (suspenso até correção) revela que a Igreja continuava admitindo o copernicanismo enquanto hipótese matemática. Por outro lado, a condenação completa do livro de Foscarini (o qual, segundo Bellarmino, falava em suposições mas continha ambiguidades) revelou que o mecanismo de censura da Igreja continuava muito sensível às tentativas de conciliar essas hipóteses com textos bíblicos.

Em relação à estratégia de Galileu de citar as Escrituras, existem duas versões: a) ele objetivava utilizar as Escrituras como aliadas; b) ele objetivava reduzir as Escrituras ao último lugar nas discussões sobre o mundo natural. Existem indicações de ambos propósitos em seus escritos. Como exemplo do primeiro, tem-se o uso da Bíblia para demonstrar a tese da corruptibilidade dos céus (o que ia contra o aristotelismo). No entanto, o segundo propósito é mais provável, pelo que entendeu o dominicano Niccolò Lorini, em sua carta denúncia de 7 de fevereiro de 1615.

Nesse sentido, a falha de Galileu aos olhos da Igreja Católica parece ter sido dupla, ou seja, tentar apresentar o modelo copernicano como uma descrição real do funcionamento do universo e não como uma hipótese matemática e também se manifestar sobre as interpretações do texto bíblico.

No processo de 1616, Galileu não teve nenhuma de suas obras censuradas, nem ao menos seu nome foi citado no decreto que veio a público posteriormente

8.
O sistema do astrônomo dinamarquês Tycho Brahe (1546-1601) era uma tentativa de síntese entre o geocentrismo e o copernicanismo, ou seja, era um sistema em que os planetas giravam à volta do Sol e este orbitava em torno da Terra. Na época da polêmica com Grassi, os jesuítas estavam adotando esse sistema intermediário, o qual era empiricamente plausível, fazia previsões e ao mesmo tempo mantinha a tese da imobilidade e centralidade da Terra, aparentemente apoiada pelo texto bíblico.

censurando as obras que tratavam do copernicanismo. No entanto, segundo MacLachlan (1999, p.70): “When Copernicus’ book *On the Revolutions of the Celestial Spheres* was placed on the Index Expurgatorious in 1616, it was widely perceived as an attack not against Copernicus, but against Galileo.”

A censura aplicada ao livro *Diálogo e sua influência na condenação de 1633*

O ano de 1616 é um divisor de águas na conduta de Galileu, no que concerne à divulgação de suas ideias. Isso porque, se até então ele se expunha abertamente na defesa da compatibilidade do sistema copernicano com as Escrituras, após a preceituação de 25 de fevereiro e sob as restrições do decreto da Inquisição de 5 de março do mesmo ano, o qual impunha abandonar a defesa do copernicanismo, ele encontra uma maneira mais sutil e velada de persistir na defesa desse sistema sem necessariamente se referir ao mesmo. Isso fica claro no caso da polêmica com o padre jesuíta Orazio Grassi (1590-1654) sobre a natureza dos cometas, publicada nas obras *Discorso delle Comete* (Discurso dos Cometas), de 1618, e no caso de seu livro *Il Saggiatori* (O Ensaaiador), de 1623. Nessas obras, Galileu critica o sistema de Tycho Brahe⁸ adotado por Grassi, ou seja, faz uma defesa velada do copernicanismo banido, mesmo sem mencioná-lo.

Ainda em 1623, ocorre um evento aparentemente favorável a Galileu. Seu conterrâneo e admirador Maffeo Barberini é eleito Papa Urbano VIII. Galileu vê nesse evento uma abertura para voltar a publicar sobre o tema copernicano. Assim, dedica o período de 1624 a 1630 a preparar sua obra definitiva sobre o tema e em 1632 publica, em Florença, *Dialogo sopra i Due Massimi Sistemi del Mondo, Tolemaico e Copernicano*. A obra é composta de quatro jornadas (quatro dias) de discussão entre dois filósofos e um leigo: Salviati, que argumenta a favor da posição copernicana (e é o porta-voz de Galileu no livro); Sagredo, um leigo que aparentemente é neutro, mas que termina geralmente por apoiar a argumentação copernicana, e Simplicio,

9.

A grande quantidade de correspondência existente entre Francesco Niccolini (embaixador toscano em Roma) e o Grão-duque Ferdinando de Médici (a quem tinha sido dedicado o *Diálogo*) revela o quanto este último se empenhou para garantir a Galileu um tratamento favorável por parte das autoridades da Igreja e talvez por isso a sentença de Galileu não tenha sido pior do que foi. No entanto, essa proteção não foi suficiente para evitar a condenação.

representante da visão aristotélica e crítico das posições copernicanas.

Antes de sua publicação, a obra é submetida à censura prévia do Mestre do Sacro Palácio, o também toscano (portanto, inclinado a agradar o Grão-duque, patrocinador de Galileu)⁹ Niccolò Riccardi, o qual escreve ao padre Clemente Egidi, Inquisidor de Florença, nestes termos:

Mr. Galilei is thinking of publishing there a work of his, formerly entitled On the Ebb and Flow of the Sea, in which he discusses in a probable fashion the Copernican system and motion of the earth, and he attempts to facilitate the understanding of that great natural mystery by means of this supposition, corroborating it in turn because of this usefulness. He came to Rome to show us the work, which I endorsed, with the understanding that certain adjustments would be made to it and shown back to us to receive the final approval for printing. As this cannot be done due to current restrictions on the roads and the risks for the manuscript, and since the author wants to complete the business there, Your Very Reverend Paternity can avail yourself of your authority and dispatch or not dispatch the book without depending in any way on my review. However, I want to remind you that Our Master [Pope Urban VII] thinks that the title and subject should not focus on the ebb and flow but absolutely on the mathematical examination of the Copernican position on the earth's motion, with the aim of proving that, if we remove divine revelation and sacred doctrine, the appearances could be saved with this supposition; one would thus be answering all the contrary indications which may be put forth by experience and by Peripatetic philosophy, so that one would never be admitting the absolute truth of this opinion, but only its hypothetical truth without the benefit of Scripture. It must also be shown that this work is written only to show that we do know all the arguments that can be advanced for this side, and that it was not for lack of knowledge that the decree was issued in Rome; this should be the gist of the book's beginning and ending, which I will

send from here properly revised. With this provision the book will encounter no obstacle here in Rome, and Your Very Reverend Paternity will be able to please the author and serve the Most Serene Highness, who shows so much concern in this matter. I remind you that I am your servant and I beg you to honor me with your commands (Finocchiaro, op. cit., p.212).

Niccolò Riccardi e Clemente Egidi entendiam que a obra deveria tratar o copernicanismo unicamente como hipótese matemática e não poderia referir-se ao movimento das marés. Nesse sentido, a censura forçou a modificação do título da obra para *Dialogo sopra i Due Massimi Sistemi del Mondo Tolemaico e Copernicano*, sugerindo que o tema fosse astronomia, quando na verdade o objetivo da mesma era demonstrar o movimento da Terra por meio da explicação das marés. A censura também impôs que o prefácio e o final do livro não fossem de autoria de Galileu (foram escritos pelo Mestre do Sacro Palácio), mas que isso não constasse da obra. Apesar de algumas das modificações impostas não terem sido realizadas, as permissões foram conseguidas e no frontispício do *Diálogo* está impresso o *Imprimatur* do Mestre do Sacro Palácio, Niccolò Riccardi, e também a licença de impressão de setembro de 1630, dada pelo inquisidor geral de Florença, Clemente Egidi.

A obra foi um sucesso e logo se esgotaram todas as edições. Entretanto, gerou polêmicas e críticas, levando o Papa Urbano VIII a convocar uma comissão especial para analisar o livro. No relatório da referida comissão, de setembro de 1632, pode-se observar os principais pontos de críticas:

We think that Galileo may have overstepped his instructions [of Master of the Sacred Palace] by asserting absolutely the earth's motion and the sun's immobility and thus deviating from hypothesis; that he may have wrongly attributed the existing ebb and flow of the sea to the nonexistent immobility of the sun and motion of the earth, which are the main things; and that he may have been deceitfully silent about an injunction given him by the Holy Office in

the year 1616 [...] One must now consider how to proceed, both against the person and concerning the printed book (Ibid., p.219).

As críticas podem ser divididas em duas partes: a primeira é relativa ao rompimento do compromisso metodológico instrumentalista explicitado no *Diálogo* (desviando-se da hipótese), e a segunda era de que a obra violava o preceito especial que tinha sido apresentado a Galileu em 1616, o de “não adotar, defender nem ensinar em qual seja o modo tal doutrina” (Baiardi; Santos; Rodrigues, 2012, p.204). No entanto, quando Galileu chega a Roma para depor diante da Inquisição (fevereiro de 1633), ele nega ter qualquer conhecimento da injunção especial que impõe o compromisso de não discutir as teses da centralidade do Sol e da mobilidade da Terra de modo nenhum. Ele afirma que no encontro com Bellarmino, em 1616, este só lhe tinha feito saber do conteúdo do decreto da Congregação do *Index* de que o movimento da Terra não podia ser mantido ou defendido, mas somente tratado hipoteticamente.

Surpreendentemente, Galileu afirma que o *Diálogo* não defende a mobilidade da Terra, mas sugere que os argumentos não são conclusivos (o que é claramente uma inverdade) e que, portanto, isso não violaria o compromisso assumido com Bellarmino. Galileu utiliza a estratégia de se admitir culpado de um pecado menor, ou seja, explica que o livro dá a impressão de estar defendendo o movimento da Terra por conta de sua vaidade pessoal de tentar aparecer muito inteligente ao apresentar os argumentos mais fracos parecerem mais fortes, ou seja, ele tenta dar a entender que foi um erro não intencional. Os cardeais inquisidores não se convencem e ameaçam a Galileu com prisão e tortura. Diante da ameaça, Galileu, aos 70 anos, ajoelha-se literalmente diante do tribunal e recebe uma sentença reveladora do espírito repressor e censorador da Inquisição (é veementemente suspeito de heresia), e se submete a uma humilhante abjuração (Baiardi; Santos; Rodrigues, 2012, p.205)

Dizemos, pronunciamos, sentenciamos e declaramos que tu Galileu referido, pelas coisas deduzidas em processo e da tua parte confessadas como acima, te apresentastes a este St. Ofício veementemente suspeito de heresia, isto é de ter admitido e acreditado em doutrina falsa e contrária às Sagradas Escrituras; e conseqüentemente és incurso em todas as censuras e penas dos sagrados cânones e outras constituições gerais e particulares contra símiles delitos impostos e promulgados. Do que estamos contentes que seja absoluto, mesmo que primeira, com o coração sincero e fé não fingida, diante de nós abjure, maldiga e deteste os referidos erros e heresias, e qualquer outro erro e heresia contrária à Católica e Apostólica Igreja, no modo e forma que de nós te será dada. E afim de que este teu grave e pernicioso erro e transgressão não fique de todo impunido, e seja mais cauto no futuro e exemplifique a outros que se abstenham de símile delito, ordenamos que por público édito seja proibido o livro Diálogo de Galileu Galilei. Te condenamos ao cárcere formal neste St. Ofício ao arbítrio nosso; e por penitência salutar te impomos que por três anos a partir de agora uma vez por semana leias os sete Salmos penitenciais; reservando-nos a faculdade de moderar, modificar, ou suspender em todo ou em parte as referidas penas e penitência.

O texto dessa condenação foi enviado para ser divulgado e lido em todas as paróquias e universidades sob o domínio católico, a fim de servir de exemplo a todos os potenciais heréticos e prevenir assim a apostasia, ou seja, o afastamento da doutrina mantida pela Igreja. Posteriormente, a sentença foi comutada para prisão domiciliar (Galileu passou seus últimos dias em uma casa nas colinas de Arcetri, em Florença, vindo a falecer em 1642). Somente em 1992 a Igreja proclama um perdão formal pela condenação de Galileu, trezentos anos depois de sua morte.

No entanto, a censura aos trabalhos que defendiam o heliocentrismo não finda em 1634 com a condenação do *Diálogo*, prosseguindo até 1822. O ponto alto dessa controvérsia se deu em 1819, quando o dominicano Filippo Anfossi (Mestre do Sacro Palácio

– autoridade responsável pelo controle das publicações na cidade de Roma) se recusa a dar o *Imprimatur* ao segundo volume da obra *Elementi de ottica e astronomia* de Giuseppe Settele, professor de ótica e astronomia da Universidade de Sapienza, obra que sustenta o sistema heliocêntrico. A recusa de Anfossi foi baseada no decreto de 5 de março de 1616, que condenou as obras que tratavam do heliocentrismo. Ele alegou que a tese da mobilidade da Terra continuava naquela data, como em 1616, contrária as Sagradas Escrituras. Settele apela ao próprio Papa Pio VII e solicita não somente o *Imprimatur*, mas também a retirada do *Index* de todos os livros que defendiam o heliocentrismo. Finalmente Setelle recebe o *Imprimatur* e, em 11 de setembro de 1822, a Congregação do Santo Ofício decide retirar do *Index* a proibição de livros que se referissem ao heliocentrismo (Palumbo, 2009, p.17-18). No entanto, só em 1835, 13 anos após a decisão do Santo Ofício, foi publicada uma nova versão do *Index*, na qual foi omitida a condenação das obras defendendo as ideias de Copérnico (Putman, 1906).

Considerações finais

O autoritarismo tende a assumir vestes diversificadas, ora em trajes purpúreos de cardeais, ora em vestes brancas de cientistas ou de intelectuais. Uns defendendo verdades religiosas eternas e, outros, verdades científicas inabaláveis. No contexto do caso Galileu, a Igreja Católica se encontrava em uma posição privilegiada para controlar a produção e a distribuição das obras escritas e também para exercer a censura. Para avaliar o impacto negativo da censura, tem-se, por exemplo, o caso do livro *Dois máximos sistemas de mundo*. O mesmo foi inserido no elenco das obras nominadas no *Index Librorum Prohibitorum*, em 1634, e dele só foi retirado em 1835. Por praticamente duzentos anos, os católicos foram privados dessa obra de Galileu. Além desse prejuízo, existia também a autocensura por parte de autores, que temiam o ostracismo, a perseguição e até mesmo da condenação à morte. Um caso de autocensura emblemático foi o de Descartes,

10.
A definição de “Colégios Invisíveis” foi forjada por Robert Boyle (1627-1691) e define um grupo de pesquisadores que trabalham sobre um mesmo tema, mas não estão fisicamente próximos (Crane, 1972).

11.
Os três modelos baseavam-se em diferentes visões de mundo, em engajamento em correntes de pesquisa (paradigmas) e em maior ou menor proximidade com a filosofia, a literatura e as artes.

o qual afirmou que, mesmo quando tinha certeza de suas teses, não as defenderia se as mesmas fossem consideradas heréticas pelos tribunais eclesiásticos (Baiardi; Santos; Rodrigues, 2012).

No início do século XVII, os homens de ciência ainda não se organizavam em redes – denominadas por Robert Boyle como “Colégios Invisíveis”.¹⁰ De acordo com Crane (1972), isso só viria a acontecer décadas depois. Como Galileu não viveu para conhecer essa rica experiência de divulgação científica, que teve lugar em Turim no século XVIII, a qual, segundo Delpiano (1996), exibia três modelos diferentes de difusão de resultados científicos,¹¹ ele não pôde plenamente tornar públicas as suas pesquisas após 1634.

Antes do julgamento, ele exercitou várias estratégias para comunicar e defender a perspectiva copernicana, tais como: diplomacia científica (dedicação de suas obras às autoridades civis e religiosas); alianças com a nobreza e com o clero (até mesmo entre as autoridades da Igreja); ativismo publicitário, visando educar o público sobre suas descobertas (escrevendo no dialeto toscano); e tentativa de conciliar a perspectiva copernicana com passagens das Escrituras (nas cartas à Duquesa Cristina). Nem todas essas estratégias tiveram em seu contexto imediato o resultado esperado por Galileu. A censura da Igreja, aparentemente, conseguiu calar o profeta da nova ciência. A única publicação após o julgamento, considerada por alguns sua obra-prima, foi na Holanda, em 1638, cujo título era *Discorsi e dimostrazioni matematiche intorno a due nuove scienze*. Galileu morre seis anos depois, em 1642. No entanto, no longo prazo, a autonomia científica reivindicada por Galileu triunfa.

Em sentido amplo, a censura em qualquer área do conhecimento continua a representar um obstáculo ao desenvolvimento humano, e, portanto, segue sendo importante zelar pela liberdade de pensamento e de publicação das opiniões, teorias e crenças, porque a Terra continuou a girar mesmo que os inquisidores afirmassem que isso não acontecia.

Referências

- Baiardi A, Santos AV, Rodrigues WG. Processos cavi-
losos, sentença vingativa e abjura humilhante:
o caso Galileu. *Cad. Hist. Cienc.* Instituto
Butantan, jul/dez 2012, v(8), n(2): 189-210.
- Bíblia. Português. *A Bíblia de Jerusalém*. Nova
edição rev. e ampl. São Paulo: Paulus, 2002.
- Brevaglieri S. Science, books and censorship in
the academy of the Lincei: Johannes Faber
as cultural mediator. In: Donato MP, Krayer J
(Eds.), *Conflicting Duties. Science, Medicine
and Religion in Rome (1550-1750)*. London:
Warburg Institute, 2009, p.133-157.
- Crane D. *Invisible Colleges, Diffusion of Knowledge in
Scientific Communities*. Chicago: University of
Chicago Press, 1972.
- Delpiano P. La divulgazione tecnico-scientifica
nei periodici piemontesi del Settecento. In:
Barsanti G, Becagli V, Pasta R. *La politica
della scienza: Toscana e stati italiani nel tardo
Settecento*. Firenze: Leo S. Olschki, 1996.
- Draper JW. *History of the Conflict Between Religion
and Science*. New York: D. Appleton, 1875.
- Finocchiaro MA. *The Galileo Affair: A Documentary
History*. Berkeley: University of California
Press, 1989.
- Galilei G. *Dialogue Concerning the Two Chief World
Systems*. Berkeley/Los Angeles/London:
Stilman Drake (ed.), University of California
Press, 1967.
- _____. Lettera a don Benedetto Castelli. *Opere di
Galileo Galilei*, 1937 (Biblioteca Nazionale di
Firenze [Sezione Palatina], manoscrito intito-
lato Opere di Galileo Galilei).
- _____, Scheiner C. *On sunspots*. Chicago: The
University of Chicago Press, 2010.
- Maclachlan J. *Galileo Galilei: First Physicist*. Oxford
University Press, 1999.
- Mariconda PR. O *Diálogo* de Galileu e a condenação.
Cad. Hist. Fil. Ci., Campinas, jan/jun, 2000,
Série 3, v(10), n(1): 77-160.
- Mayer TF. The censoring of Galileo's Sunspot Letters
and the first phase of his trial. *Studies in*

- History and Philosophy of Science Part A*, 2011, v(42): 1-10.
- Palumbo M. (Ed.). *Lacensura ecclesiastica e la teoria eliocentrica*. Roma: Biblioteca Casanatense, 2009.
- Patterson AM. *Censorship and Interpretation: The Conditions of Writing and Reading in Early Modern England*. Madison: University of Wisconsin Press, 1984.
- Putnam GH. *The Censorship of The Church of Rome and Its Influence Up On The Production and Distribution of Literature: A Study of The History of The Prohibitory and Expurgatory Indexes, Together With Some Consideration of The Effects of Protestant Censorship and of Censorship by The State* n(240). New York: G.P. Putnam's sons, 1907.
- Ross V. *You Can't Read This: Forbidden Books, Lost Writing, Mistranslations & Codes*. Plattsburgh, New York: Tundra Books, 2006.
- Santillana G. *The Crime of Galileo*. Chicago: University of Chicago Press, 1955.
- Data de recebimento: 21/09/2014
Data de aprovação: 31/03/2016